

NEWSLETTER DIGESTO N.º 15/2018

Disponibilização: 30 de julho de 2018

Período abrangido: 16 a 27 de julho de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Forças e Serviços de Segurança
 - Proteção Civil
 - Segurança
2. Agricultura
3. Defesa
4. Direitos, Liberdades e Garantias
 - Cidadãos com Necessidades Especiais
5. Economia
 - Energia
 - Inovação e Empreendedorismo
6. Educação e Ensino Superior
7. Finanças
 - Contribuições e Impostos
 - Sistema Financeiro
8. Justiça
 - Decisões e Pareceres
 - Política de Justiça
9. Mar
10. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
11. Regiões Autónomas
 - Madeira
12. Saúde
13. Segurança Social

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

[Despacho n.º 7149/2018, de 27 de julho](#)

(Administração Interna - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária)

Aprova o equipamento de teste de rastreio na saliva para uso na fiscalização de substâncias psicotrópicas da marca Dräger modelo DrugCheck 3000.

- PROTEÇÃO CIVIL

[Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho](#)

(Finanças e Administração Interna)

Regulamenta os procedimentos necessários para a operacionalização do mecanismo de apoio à reconstrução de habitações não permanentes, afetadas pelos incêndios ou outras circunstâncias excecionais.

- SEGURANÇA

[Despacho n.º 6878/2018, de 17 de julho](#)

(Administração Interna - Polícia de Segurança Pública - Direção Nacional)

Regula o conteúdo, duração e métodos de avaliação do exame cinotécnico, para efeitos da utilização de canídeos no exercício da atividade de segurança privada.

[Decreto-Lei n.º 58/2018, de 23 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece um sistema de registo e seguro de responsabilidade civil obrigatório aplicável aos sistemas de aeronaves civis não tripuladas («drones»).

2. AGRICULTURA

[Portaria n.º 214/2018, de 18 de julho](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 218/2018, de 24 de julho](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece um regime excecional e temporário aplicável ao pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (Greening), previsto no regulamento aprovado em anexo à Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual redação.

3. DEFESA

[Lei n.º 28/2018, de 16 de julho](#)
(Assembleia da República)

Repõe a possibilidade de militares e ex-militares requererem a reintegração nas suas funções, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril.

4. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Lei n.º 30/2018, de 16 de julho](#)
(Assembleia da República)

Estabelece o regime extraordinário e transitório para proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatárias e residam no mesmo locado há mais de 15 anos.

[Despacho n.º 6835/2018, de 16 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade)

Regulamenta o previsto no artigo 50.º, n.º 2 do artigo 52.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º, todos do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro, que veio estabelecer as condições de organização e funcionamento das estruturas de acolhimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

5. ECONOMIA

- ENERGIA

[Diretiva n.º 11/2018, de 16 de julho](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Institui o regime transitório de gestão de riscos e garantias no Sistema Elétrico Nacional (SEN).

- **INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**

[Portaria n.º 217/2018, de 19 de julho](#)
(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera (sexta alteração) o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.

6. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Portaria n.º 209/2018, de 16 de julho](#)
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2018-2019.

[Portaria n.º 211/2018, de 17 de julho](#)
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2018-2019.

[Despacho n.º 6902-H/2018, de 17 de julho](#)
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior)

Define o calendário de ações do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no ano letivo de 2018-2019.

[Lei n.º 36/2018, de 24 de julho](#)
(Assembleia da República)

Prevê um plano de requalificação e construção de residências de estudantes do ensino superior público.

[Despacho n.º 7103/2018, de 26 de julho](#)
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro)

Aprova o Regulamento do Programa +Superior para o ano letivo de 2018-2019.

7. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Portaria n.º 213/2018, de 18 de julho](#)
(Finanças)

Aprova os termos, formatos e procedimentos para comunicação pelas Câmaras Municipais à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) dos elementos previstos no n.º 1 do artigo 128.º do Código do IMI.

- SISTEMA FINANCEIRO

[Lei n.º 32/2018, de 18 de julho](#)
(Assembleia da República)

Institui a obrigatoriedade de as instituições bancárias refletirem totalmente a descida da taxa Euribor nos contratos de crédito à habitação, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho.

[Lei n.º 35/2018, de 20 de julho](#)
(Assembleia da República)

Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593.

8. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Acórdão \(extrato\) n.º 309/2018, de 19 de julho](#)
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma extraída do n.º 1 do artigo 92.º do Código do IRC, na redação introduzida pelo n.º 1 do artigo 99.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, na interpretação segundo a qual diminui para 10 % a margem da coleta do IRC suscetível de ser utilizada pela dedução à coleta do IRC concedida ao abrigo do Regime Fiscal de Apoio ao Investimentos (RFAI), aprovado pela Lei n.º 10/2009, de 10 de março, por investimentos efetuados antes da entrada em vigor daquela alteração; não admite o recurso de constitucionalidade em relação à norma extraída do n.º 1 do artigo 11.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de junho.

[Parecer n.º 25/2017, de 23 de julho](#)
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

À aplicação no tempo de norma de reposicionamento remuneratório de subcomissários e agentes da PSP após completarem o período experimental.

[Parecer n.º 39/2017, de 23 de julho](#)
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Reserva do direito de representação aos despachantes oficiais.

- **POLÍTICA DE JUSTIÇA**

[Portaria n.º 216/2018, de 19 de julho](#)
(Justiça)

Aprova o modelo de cartão de identificação profissional dos trabalhadores em funções públicas da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e o modelo de cartão de livre-trânsito, aplicável aos trabalhadores pertencentes às carreiras de técnico superior de reinserção social.

9. MAR

[Lei n.º 29/2018, de 16 de julho](#)
(Assembleia da República)

Transpõe a Diretiva (UE) 2015/1794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de outubro de 2015, na parte em que altera a Diretiva 2001/23/CE do Conselho, de 12 de março de 2001, e a Diretiva 2009/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio de 2009, no que respeita aos marítimos, e altera (segunda alteração) a Lei n.º 15/97, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca, e altera (primeira alteração) a Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro, que regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa.

10. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO**

[Aviso n.º 90/2018, de 26 de julho](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de denúncia à Convenção Europeia sobre a Violência e os Excessos dos Espectadores por Ocasão de Manifestações Desportivas e nomeadamente de Jogos de Futebol, aberto à assinatura dos Estados-Membros e de outros Estados partes na Convenção Cultural Europeia, em Estrasburgo, a 19 de agosto de 1985.

[Aviso n.º 91/2018, de 26 de julho](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação à Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e Outras Manifestações Desportivas, aberto à assinatura em Saint-Denis, em 3 de julho de 2016.

[Despacho n.º 7144/2018, de 27 de julho](#)

(Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação)

Aprova a Rede de Ensino Português no Estrangeiro para 2018-2019.

11. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2018/M, de 25 de julho](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Cria o programa de apoio às bandas filarmónicas, tunas, grupos folclóricos e de música tradicional da Região Autónoma da Madeira.

12. SAÚDE

[Lei n.º 31/2018, de 18 de julho](#)
(Assembleia da República)

Estabelece os direitos das pessoas em contexto de doença avançada e em fim de vida.

[Lei n.º 33/2018, de 18 de julho](#)
(Assembleia da República)

Regula a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábida, para fins medicinais.

[Lei n.º 34/2018, de 19 de julho](#)
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração), por apreciação parlamentar, o Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro, que define o regime jurídico da formação médica pós-graduada, designada de internato médico, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo.

13. SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 208/2018, de 16 de julho](#)
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Aprova os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2018.

[Despacho n.º 6846/2018, de 16 de julho](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Ministro)

Aprova o Regulamento do Procedimento de Inspeção da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

[Aviso n.º 94/2018, de 27 de julho](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Comunica o Acordo Administrativo relativo à aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Moçambique.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Lei n.º 29/2018, de 16 de julho](#)
(Assembleia da República)

Transpõe a Diretiva (UE) 2015/1794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de outubro de 2015, na parte em que altera a Diretiva 2001/23/CE do Conselho, de 12 de março de 2001, e a Diretiva 2009/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio de 2009, no que respeita aos marítimos, e altera (segunda alteração) a Lei n.º 15/97, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca, e altera (primeira alteração) a Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro, que regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa.

[Lei n.º 35/2018, de 20 de julho](#)
(Assembleia da República)

Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigado pela sua sugestão